

O PODER DO COLETIVO NA EDUCAÇÃO: Análise de efeitos, fases e níveis de coprodução

MARIA KAROLAYNE DE MOURA COSTA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)

PATRÍCIA TRINDADE CALDAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

Agradecimento à órgão de fomento:

Externa-se agradecimento a FAPESQ/PB, a qual foi órgão de fomento do presente estudo através do edital nº 010/2021 - FAPESQPB - MCTIC/CNP, no âmbito do Programa de 14 Infraestrutura Para Jovens Pesquisadores/ Programa Primeiros Projetos - PPP, conforme o termo de Outorga Nº 3219/2021.

O PODER DO COLETIVO NA EDUCAÇÃO: Análise de efeitos, fases e níveis de coprodução

1 INTRODUÇÃO

Em uma democracia, é esperado que o povo seja ouvido e participe ativamente das decisões que lhe afetam. Caso a situação fosse simplesmente a escolha de um representante, o voto resolveria, mas para problemas complexos e heterogêneos é preciso a busca por soluções coletivas, envolvendo o cidadão na construção de políticas públicas para garantir que as demandas reais sejam atendidas e assertivas. Nesse cenário, a coprodução de serviços públicos vem ganhando espaço nos debates políticos, sociais e científicos, desde a década de 1970. Para Neto, Salm e Souza (2014), ocorreu uma transição do formato político burocrático para uma participação cidadã, motivada pelo desejo social pela “democracia, transparência, responsividade, eficácia, eficiência, participação e, inclusive, pela coprodução dos serviços públicos educacionais.”

Bovaird et al. (2014) atribuem o espaço da coprodução no serviço público ao efeito que ela gera, entendendo que esta demanda a atividade de “múltiplos atores”. Assim, compreende-se que os espaços coprodutivos, seja na saúde, no judiciário, na segurança ou na educação, necessitam da atuação dos seus usuários e a forma como estes se envolvem, seja na concepção do serviço, no planejamento, desenvolvimento, entrega ou avaliação. O tipo e formatação desse envolvimento interfere no efeito que a coprodução ocasiona para os múltiplos atores, e a qualidade dessa participação, seja de forma individual em grupos ou coletivos, também entregam resultados diferentes.

Soklaridis et al. (2020) conceituam coprodução do serviço público como a integração de agentes públicos e cidadãos para produção do serviço, de forma que ambas as partes atuem ativamente e imprimam suas necessidades democraticamente. Um setor específico onde a coprodução vem ganhando espaço é no serviço público educacional. Novamente, Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017) afirmam que a coprodução na educação permite um envolvimento desde antes do planejamento educacional até os pós entrega do serviço.

Em sintonia, Ramírez, Rowland, Spaniol e White (2021) complementam afirmando que esse tipo de coprodução acontece quando há uma estrutura de aprendizado emparelhado, onde os indivíduos aprendem em conjunto.

A coprodução pode acontecer em diferentes formatos e etapas do ciclo do serviço público, relacionando um agente público e um agente leigo ou até mesmo grupo ou grupos de agentes públicos e agentes leigos, representando os níveis, individual, grupal e coletivo da coprodução (Nabatchi et al., 2017). Os autores também afirmam que a coprodução pode acontecer ainda em diferentes fases: no comissionamento (desde a concepção da ideia), no design (etapa do planejamento), na entrega (execução do serviço) e na avaliação (monitoramento).

Souza (2023) se dedicou a estudar a coprodução diante dessas fases e níveis em duas escolas estaduais e concluiu que a coprodução não acontece em todas as fases e níveis do ciclo do serviço de forma similar, tendo cada uma das escolas contextos e características únicas que interferem nesse resultado. A autora sugere a continuidade do estudo em demais escolas, para melhor se conhecer a realidade da coprodução no serviço público educacional.

Considerando os estudos e lacunas supracitadas, a presente pesquisa tem como problema de pesquisa: quais os efeitos da coprodução no serviço público educacional em suas diferentes fases e níveis? Tal problemática origina o seguinte objetivo: **explorar efeitos, tipos e níveis da coprodução no serviço público educacional.**

Metodologicamente, optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa, utilizando a pesquisa documental, observações e entrevistas semiestruturadas com gestores escolares, pais, alunos e professores de duas escolas do ensino médio paraibanas. Os dados foram tratados e

analisados por meio de análise de conteúdo. Estruturalmente, o trabalho segue com referencial teórico, fornecendo embasamento para o desenvolvimento da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A coprodução nos serviços públicos educacionais

O processo de aprendizagem não acontece em uma via única, exige uma troca. Agrawal et al. (2021) afirmam que essa interação pode ser proporcionada pela coprodução na educação, cujo processo é feito pelo aprendiz ativo em pares ou conjuntos, um aprendendo com o(s) outro(s). Para Elliot et al. (2021), a coprodução na educação é promotora de uma facilidade comunicativa entre pais, professores, alunos, a comunidade escolar como um todo. Essa ação conjunta de construir a base do ensino seja com pais, familiares, alunos ou comunidade externa, aperfeiçoa a aprendizagem dos estudantes e proporciona benefícios para escola, para a gestão pública e para a sociedade (Costa & Caldas, 2023).

Bovaird, Van Ryzin, Loeffler e Parrado (2014) ilustram a coprodução no serviço público como uma comunidade, cujos cidadãos participam frequentemente das atividades públicas, contribuindo com demandas próprias e ajudando terceiros. Através da atividade participativa o servidor se aproxima do planejamento e dos usuários do serviço, contribui com as decisões e é valorizado pelo beneficiário.

No tocante a educação, a Lei nº 9.394, logo no Art. 1º, aponta que esta é um processo que envolve o ambiente familiar, a convivência social, o local de trabalho, local de ensino, espaços onde o indivíduo desenvolve comportamentos e relações. De acordo com o Conselho Nacional de Educação (CNE), cabe a ele “formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino, velar pelo cumprimento da legislação educacional e assegurar a participação da sociedade no aprimoramento da educação brasileira.” (CNE, 2018).

Dessa forma, infere-se que o serviço público educacional prima pelo desenvolvimento humano, de forma que a sociedade esteja envolvida no processo. Para Bovaird (2007) a educação é um serviço público e demanda a participação de muitos agentes e espaços no processo, corroborando com a mesma lei em seu Art. 2º: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Lei, n.9394,1996).

Chama-se atenção para os atores apontados como responsáveis: o Estado e a família. Fazendo uma ponte com a coprodução, esse dever, se praticado, nada mais é que o exercício da coprodução, caso haja um interesse voluntário e ativo na produção da educação. Assim, pelo simples fato de se cumprir a lei, a educação é coproduzida

Bovaird e Loeffler (2013) argumentam que, no sistema escolar, o ensino vai além da aula do professor e as atitudes dos alunos contribuem para o desempenho destes. Observa-se que o papel de desenvolver educação é igual para alunos e professores, indo além, podendo envolver outros atores internos ou externos à escola. Tornar a experiência do aprendizado dinâmica e centralizada nos alunos, os convida a terem consciência do seu papel e do que precisam (Antonini, Gaspari & Visconti, 2021). A coprodução na educação pode desenvolver vários efeitos e benefícios, desde emancipar o aluno através das atividades que ele realiza, como desenvolver um olhar crítico, habilidade sociais, comportamentais e emocionais (Costa & Caldas, 2023).

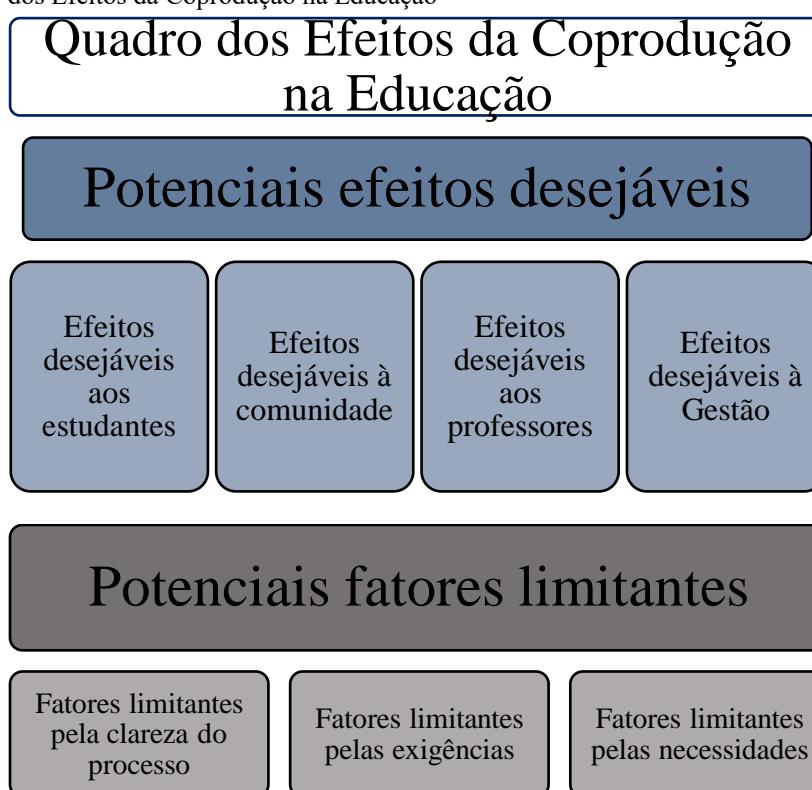
Nota-se uma ampla possibilidade para a inserção de atores diversos no processo de aprendizagem, de diferentes formas de participação, assim como em distintos tipos de coprodução, de tal modo que cada forma de coproduzir pode gerar um efeito distinto, beneficiando atores diferentes, ou até mesmo limitando a atividade coprodutiva. O quadro de

efeitos da coprodução na educação, desenvolvido por Costa e Caldas (2023) evidencia melhor e será base para a presente pesquisa.

2.2 Potenciais efeitos positivos e fatores limitantes da coprodução na educação

A toda ação existe uma reação, a todo tipo de educação existe um produto, a toda coprodução existe um efeito, a toda coprodução no serviço público educacional existe um ator beneficiado, ou um fator limitante. Enxergando um espaço a ser preenchido e na busca de condensar informações, Costa e Caldas (2023) apresentaram o Quadro dos Efeitos da Coprodução na Educação (Ver Figura 1). O quadro teórico contempla duas dimensões: uma de Potenciais efeitos desejáveis, com quatro categorias que se referem aos atores (estudantes, comunidade, professores e gestão); e uma segunda dimensão de Potenciais fatores limitantes, com três categorias de análise (pela clareza do processo, pelas exigências e pelas necessidades).

Figura 1: Quadro dos Efeitos da Coprodução na Educação



Fonte: Costas e Caldas (2023)

O Quadro Teórico dos Efeitos da Coprodução na Educação de Costa e Caldas (2023), além de ser organizado em duas dimensões, conta também com uma subdivisão de categorias e dentro de cada uma destas os efeitos nos quais exemplificam o que a coprodução na educação pode gerar seja de positivo ou de negativo.

Além deste quadro teórico e partindo de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), as autoras preocuparam-se em analisar os efeitos da coprodução explorando-os com as fases e níveis em que a coprodução acontece na educação (Costa & Caldas, 2023). Para entender melhor essa relação, o próximo tópico trata das tipologias que ilustram bem as fases e níveis da coprodução, para posteriormente entender-se a relação com os efeitos.

2.3 Tipologias de coprodução de serviços públicos

Da literatura sobre coprodução pode-se inferir que a depender do local onde se exerce, as características diferem (Honingh, Bondarouk & Brandsen, 2020). Desse modo os estudiosos

da área no decorrer dos anos desenvolveram formas de compreender a atividade coproduzida em diferentes níveis e fases, apresentando tipologias a serem aplicadas que proporcionem uma análise da coprodução.

Conforme a Revisão Sistemática da Literatura realizada por Gouveia Júnior, Bezerra e Cavalcante (2023), há uma variedade de modelos de coprodução. Dentre as tipologias principais encontradas, segue a síntese no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Matriz de síntese (Gouveia Junior, Bezerra e Cavalcante, 2023)

Autores	Tipologias
Whitaker (1980)	Solicitação; assistência e ajuda mútuas.
Bovaird (2007)	Provisão tradicional; coentrega; usuários entregam o serviço; usuários participam da produção dos serviços; coprodução total; usuários entregam serviços que foram coproduzidos; coentrega de serviços por usuários e profissionais; e produção comunitária tradicional.
Salm e Menegasso (2010)	Nominal; simbólica; funcional; representativa com sustentabilidade; e coprodução para mobilização comunitária.
Osborne e Strokosch (2013)	Coprodução de consumo; participante; e ampliada.
Strokosch (2013)	Individual e organizacional.
Brandsen e Honingh (2016)	Coprodução na implementação de serviços essenciais; na concepção/design e implementação de serviços essenciais; na implementação de serviços complementares; e na concepção/design e implementação de serviços complementares.
Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017)	Reformularam e expandiram Brudney e England (1983). Onde encontra-se também os níveis de participação, individual, grupo e coletivo, de modo que, as fases nomearam de co-comissionamento, <i>co-design</i> , co-entrega e co-avaliação.
Mess et al. (2018)	Tipo de interação; papel e no tipo de contribuição do cidadão; e na distribuição de contribuição e benefícios.

Fonte: Gouveia Junior, Bezerra e Cavalcante (2023)

A partir do Quadro 1, é possível notar uma evolução das tipologias de coprodução, não no sentido que uma substitui a outra, mas há uma ampliação na compreensão da coprodução com o tempo. Assim, entende-se que o especialista opta por utilizar aquele que melhor se alinhe com seu objetivo de pesquisa e, portanto, decidiu-se por utilizar o modelo de Nabatchi et al. (2017), o qual traz distintas fases e níveis, permitindo um aprofundamento da pesquisa em diversos caminhos. A tipologia de Nabatchi et al. (2017) consiste em uma evolução do modelo de Brudney e England (1983) e é considerada uma tipologia atual e de fácil operacionalização, modelo este, já aplicado com sucesso, para objetivo semelhante, por Souza (2023).

Nabatchi, Sacino e Sicilia (2017) desenvolveram uma tipologia – a Matriz de Coprodução 3x4, que categoriza os tipos de coprodução de acordo com três níveis e quatro fases do ciclo do serviço. Sobre os níveis, os autores tentam identificar quem está envolvido na coprodução, podendo acontecer em três níveis: i) individual (um ator estatal + ator leigo); ii) em grupo (grupo de atores estatais + grupo de atores leigos); ou, iii) coletiva (grupos de atores estatais + grupos de atores leigos). Nabatchi et al. (2017) também afirmam que coproduzir o serviço público pode acontecer em quatro fases: i) comissionamento (na concepção da ação a ser realizada); ii) design (no planejamento da ação a ser realizada; iii) entrega (na realização da ação); e, iv) avaliação (na análise de toda a atividade).

Quadro 2: Matriz 3x4 (Nabatchi, Sancino & Sicilia, 2017)

Tipologia de Coprodução 3x4					
Fases do Ciclo do Serviço					
		Co-comissionamento	Co-design	Co-entrega	Co-avaliação
Níveis de Coprodução	Individual	Benefícios pessoais	Benefícios pessoais	Benefícios pessoais	Benefícios pessoais

	Grupo	Benefícios pessoais e sociais	Benefícios pessoais e sociais	Benefícios pessoais e sociais	Benefícios pessoais e sociais
	Coletivo	Benefícios sociais	Benefícios sociais	Benefícios sociais	Benefícios sociais

Fonte: Adaptado de Nabatchi, Sacino e Sicilia (2017)

Para a construção da Tipologia 3x4, Nabatchi et al. (2017) desmembraram a palavra coprodução, sendo o ‘*co*’ referente aos cidadãos, clientes, consumidores, famílias, vizinhos, órgãos públicos, profissionais, prestadores e usuários do serviço, identificando o ‘*quem*’ da coprodução (atores leigos e estatais), norte para definir os níveis. Na parte ‘*produção*’, voltou-se inicialmente para a prestação do serviço e, em seguida, focou-se no ciclo do serviço, tendo o ‘*quando e o quê*’, bases para definir as fases do ciclo do serviço. Eles destacam que enxergar a atividade de coproduzir, pelas duas óticas, simultaneamente, permite um melhor desenvolvimento da atividade (Nabatchi et al., 2017).

Souza (2023) afirma que essa Matriz 3x4, pode auxiliar os estudiosos na análise da coprodução no serviço público, especificamente no setor da educação, pois sua forma de apresentação auxilia na tomada de decisões e permite ao especialista a aplicar da melhor forma de acordo com o seu objetivo.

Percebe-se que a coprodução pode gerar efeitos diferentes para atores diferentes, a depender do local onde acontece, de quem desenvolve, da fase e do nível em que ela decorre. Percebe-se uma forte relação dos efeitos atribuídos aos alunos com as fases de co-entrega e co-avaliação, o mesmo acontece com os fatores limitantes, aqueles relacionados com os alunos também se referem as duas fases mencionadas.

A seguir apresentar-se-á os procedimentos metodológicos, aprofundando-se em como os tipos de coprodução serão utilizados, para alcance do objetivo.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo utilizou da técnica qualitativa, sendo de caráter exploratório e descritivo, com *locus* de pesquisa, duas escolas da rede estadual de ensino da cidade de João Pessoa na Paraíba. Escolheu-se uma Escola Cidadã Integral (ECI) e uma Escola Cidadã Integral Técnica (ECIT), escolas vinculadas ao Programa de Escola Cidadã Integral, que se caracteriza como uma política pública do Governo Federal, enquadrando-se na Meta 6 do Plano Nacional de Educacional (Paraíba, 2023).

Como técnicas de coleta de dados, optou-se por aplicar: 1) pesquisa documental, estudando, as Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual de Educação da Paraíba 2023 e o Plano Nacional de Educação – Lei nº13.005/2014, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; 2) a observação, com visitas *in loco* e; 3) entrevistas semiestruturadas, com a comunidade escolar. Foram realizadas três entrevistas semiestruturadas no formato presencial, com gestão escolares e gerência regional de ensino da cidade de Joao Pessoa/PB; sete grupos focais, tanto no formato presencial como no online, com professores e alunos; e aplicação de formulários online com os pais, conforme quadro 3. O período de coleta ocorreu entre abril e dezembro de 2023.

Quadro 3 – Codificação das Entrevistas

CÓDIGO	TÉCNICA	SUJEITO(S) DE PESQUISA
ECIT – ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL TÉCNICA		
G1	Entrevista Individual	Gestor(a)
CP1	Entrevista Individual	Coordenador(a) Pedagógica
GFPR1.1	Grupo Focal de Professores	3 Professores
GFPR1.2	Grupo Focal de Professores	4 Professores
GFPR1.3	Grupo Focal de Professores	4 Professores

GFA1	Grupo Focal de Alunos	8 Alunos
GFP1	Grupo Focal de Pais	2 Pais
M	Entrevista Individual	Merendeira
ECI – ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL		
CP2	Entrevista Individual	Coordenador(a) Pedagógica
GFPR2.1	Grupo Focal de Professores	4 Professores
GFPR2.2	Grupo Focal de Professores	3 Professores
GFA2	Grupo Focal de Alunos	3 Alunos
GFP2	Grupo Focal de Pais	2 Pais
1ª GRE – Primeira Gerência Regional de Ensino		
GR	Entrevista Individual	Representante

Fonte: Elaboração própria (2023)

Para desenvolvimento de entrevistas individuais e grupo focal, foi utilizado o roteiro de entrevista criado em conjunto com o Grupo de Pesquisa NEGIS, o qual já havia sido aplicado em parte, anteriormente por Souza (2023), Guimarães, Santos e Caldas (2023) e Guimarães (2023) e em sua totalidade por Costa e Caldas (2023).

A análise de dados foi realizada a partir da Tipologia 3x4 de Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017) e do Quadro dos Efeitos da Coprodução na Educação de Costa e Caldas (2023). Nesta fase utilizou-se a Análise de Conteúdo de Bardin (2010), a qual compreende três fases: pré-análise, em que se escolhe o que será analisado, focando no objetivo do estudo e posterior escolha dos indicadores para análise; exploração do material, etapa em que acontece a análise os dados, estes são codificados e categorizados; e por fim, tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, fase final de validação para apresentação dos achados.

Para melhor ilustrar os achados, utilizou um esquema de coloração para as dimensões de Costa e Caldas (2023), e outra para de Nabatchi Sancino e Sicilia (2017).

Utilizando a técnica de codificação por frequência, explicada por Bardin (2010), onde classifica-se os resultados pela quantidade de vezes que aquele código aparece. Desse os Potenciais Efeitos Desejáveis e Potenciais Fatores limitantes, receberam uma escala de coloração, de azul para o primeiro e cinza para o segundo.

Já as tipologias foram coloridas de verde, quando as duas escolas eram contempladas pelas fases e níveis, amarelo, quando se manifestava em pelo menos uma e vermelha quando não encontrada.

A seguir são apresentados e discutidos os achados da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para entender um panorama de como e quando a coprodução acontece e qual o efeito que a atividade gera, utilizou-se da codificação e categorização dos dados por meio da Matriz 3x4 de Nabatchi, Sancino e Scilia (2017), alinhando com o Quadro dos Efeitos da Coprodução na Educação de Costa e Caldas (2023). Os resultados estão apresentados obedecendo a ordem das fases do ciclo do serviço.

4.1 Fase do Ciclo do Serviço: Co-comissionamento

De acordo com Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017), essa fase corresponde ao pensar estrategicamente o serviço público, primando por resultados que envolvam os usuários necessários. Essa fase oportuniza a atores leigos participarem do processo de decisão sobre qual serviço é necessário, alocando recursos para necessidades reais da comunidade. No caso do ambiente escolar, a partir dos dados coletados, pode-se visualizar esse tipo de coprodução por meio da existência do Orçamento Democrático Escolar (Ver Quadro 4).

Essa prática de coprodução pode ser classificada como de **co-comissionamento** acontecendo a nível **coletivo** por envolver e beneficiar toda a **comunidade** através da

participação desta nas decisões, definida por Costa e Caldas (2023), como **ações/decisões compartilhadas**.

Oportuniza ganhos também para Gestão, onde reflete-se o efeito de Costa e Caldas (2023), em que **os usuários deixam de ser apenas consumidores**, ao tempo que alunos, professores, pais e responsáveis, gestores, atores sociais, participam das decisões financeiras escolares eles ultrapassam a esfera de clientelismo e tornam-se coprodutores.

Souza (2023), explica que essa fase abrange também a elaboração de estratégias, apresentando-se ser de natureza temporal prospectiva, olhando para o futuro dedicando-se a atividades que acontecerão futuramente. Desse modo, para além do orçamento democrático não se mapeou nenhuma outra estratégia trabalhada em conjunto com a comunidade que demande atividades que acontecerão no longo prazo.

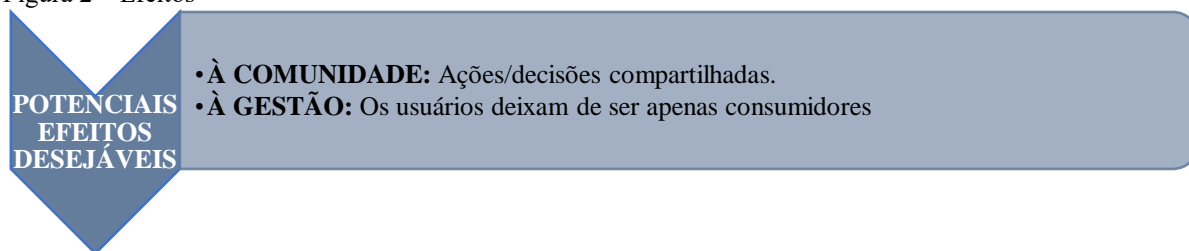
Quadro 4 – Coleta dedados – Pesquisa documental e Entrevistas

GR	<i>“(…) nós temos o orçamento democrático escolar que é o espaço de fala, dos alunos, da comunidade, é aonde o dinheiro que chega na escola é feito. [...] Ai chama o conselho, chama uma assembleia de pais, dos responsáveis de alunos, ele ali vai ser definido. Eles definem o que pode ser gasto, pode ser comprado... É x de material de papel ofício, x de cartolina, mas pode ser usado também valor x para pegar e pagar um ônibus e a gente conhecer um lugar.”</i>
Paraíba, 2023, p.40	<i>(...) os recursos descentralizados que são geridos pela unidade de ensino, devem ser incluídos na pauta de discussões e de planejamento, pois eles colaboram para a execução das ações que precisam de algum tipo de financiamento.</i>
Paraíba, 2023, p.35	<i>O Grêmio Estudantil é uma organização que representa os interesses dos estudantes nas esferas educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais da escola, assegurados pela Lei 7.398, de 4 de Novembro de 1985, do deputado federal Aldo Arantes, ex-presidente da UNE (União Nacional dos Estudantes).</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Abaixo apresenta-se a Figura 2, com o efeito encontrado na fase co-comissionamento, o mesmo corresponde a categoria comunidade, o que se explica pela fala encontrada ser refere a uma iniciativa em que todos os atores são chamados para decidirem juntos o orçamento democrático.

Figura 2 – Efeitos



Fonte: Elaboração própria (2023)

Antonini et al. (2021) chamam atenção para inserção dos atores nas atividades públicas, pontuam que a atividade proporciona um novo ambiente, fruto natural da coprodução, que ao inserir o usuário na produção do serviço o torna mais pontual as necessidades do mesmo. Reflexo disto é o Orçamento Democrático, em que os atores se envolvem em tempo que se beneficiam, atuando para além da perspectiva de consumidores.

A seguir, tratar-se-á da fase de *co-design*.

4.2 Fase do Ciclo do Serviço: *Co-design*

Nesta segunda fase do ciclo do serviço, é comum a presença de atores estatais, onde tem-se a perspectiva de fora para dentro, como exemplificado por Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017). De acordo com os dados levantados, é possível verificar alguns espaços de ocorrência

do co-design tanto na ECIT quanto na ECI. Segundo os grupos focais com alunos da ECIT, foi identificado, por exemplo, o Grêmio Estudantil e na ECI, o Conselho Escolar, tanto com os líderes de turma, como por meio de uma das mães do grupo focal de pais da ECI (Ver Quadro 56).

Desse modo, observou-se a existência daquilo que as DOs indicam, a formação do Conselho Escolar, líderes de turma, grêmios estudantis e clubes de protagonismo. Esses espaços geram efeitos positivos para os **alunos**, através do **reconhecimento** destes, já que este tem voz dentro das decisões; à **comunidade** por meio de uma **gestão democrática e participativa**, e o **desenvolvimento de interação escola-comunidade**; assim como beneficia a **gestão** promovendo um **trabalho em equipe**, visto que os **usuários deixam de ser apenas consumidores**, tudo isso por meio do **co-design** no nível **grupál** visto que os conselhos e demais grupos funcionam a nível de escola e não regional. Veja um exemplo de como funciona o conselho na ECIT no Quadro 5.

Percebe-se também, o protagonismo do alunado na resolução de problemas, nas decisões a serem tomadas, beneficiando tanto os estudantes quanto a gestão escolar. No entanto é importante salientar que a existência de um conselho escolar não garante a participação dos alunos como na ECI, estes podem participar, mas porventura corre-se o risco de terem sua participação limitada (Ver Quadro 5).

Quadro 5 – Coleta dedados – Entrevistas

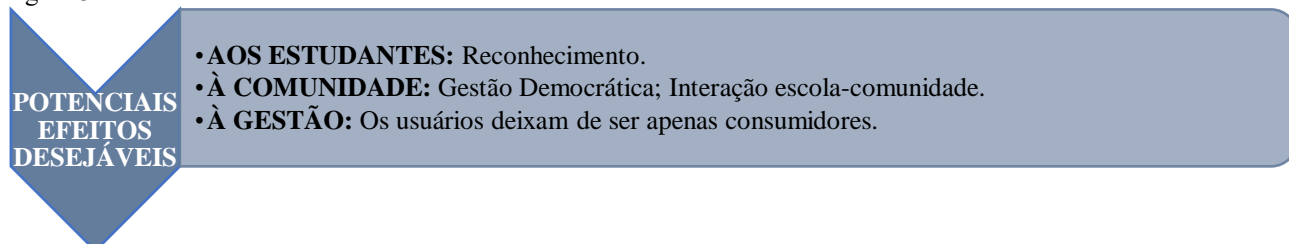
GFA1	<i>“Foi decidido isso porque estava tendo muito uso da quadra em horários que a gente precisava (...). Tinha dias que quando era o nosso dia a comunidade estava querendo usar e daí isso gerava confusão. (...) Foi decidido, por parte do Grêmio e pela gestão, que as pessoas que quiserem usar a quadra teriam que colaborar com alguma coisa e foi decidido produto de limpeza para ajudar. (...) aí, quando quebraram o nosso material de uso, teve a reunião do conselho, que foi votado que para usarem a quadra novamente teriam que fazer uns novos ofícios. Para uso da quadra e eles precisariam seguir as novas regras (...).”</i>
GFA2	<i>“Nós reunimos a informação das salas, no caso eu como representante do 2º A, eu pego todas as informações de todos os alunos, a respeito da estrutura, a respeito da gestão, ou das matérias, e aí a gente repassa, para coordenadora pedagógica, e no caso, para coordenadora financeira, a área estrutural, cultural, financeira. (...) Então não está adiantando muito ter várias reuniões se o assunto vai ser sempre o mesmo.”</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Pestoff (2012), chama atenção para o efeito causa-consequência da participação ou não participação, afirmando que quando existe essa participação tem-se resultados educacionais positivos, e o inverso gera dificuldade no ensino-aprendizagem. Nesse sentido, encontra-se um aspecto peculiar da coprodução, proporcionar espaços de fala é coprodução, mas para que essa atividade aconteça com excelência e gere efeitos positivos, faz-se necessário sobressair-se as barreiras que limitam a coprodução, nesse caso a resolução dos problemas que são levados pelos alunos.

Na Figura 3, tem-se os efeitos encontrados nessa fase, correspondentes aos estudantes, comunidade e gestão.

Figura 3 – Efeitos



Fonte: Elaboração própria (2023)

Ademais existem outros espaços onde a coprodução se desenvolve, a seguir, apresenta-se os achados referentes a fase de co-entrega.

4.3 Fase do Ciclo do Serviço: Co-entrega

Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017) explicam que a co-entrega acontece com a simultaneidade de trabalho entre servidores e beneficiários, ao tempo que se entrega um bem ou serviço, o usuário está coproduzindo. Segundo Osborne e Strokosch (2013), pode ser considerada como a fase que mais traduz a coprodução, visto que é nesta onde a atividade fim é entregue, os benefícios da atividade podem ser vistos com mais clareza e é considerada a fase que mais se encontra a atividade coproduzida.

No *locus* analisado, foi possível encontrar múltiplas formas de coprodução na fase de co-entrega, veja o Quadro 6:

Quadro 6 – Coleta dedados – Entrevistas

GFPR2.1	<p><i>“Um dia, descobri que uma das alunas daqui está com um clube, que ela está ensinando coreano (...) e tem professor sendo aluno dela (...). É realmente uma troca. (...) a gente não tenta se mostrar nesse pedestal inalcançável (...) Eu acho que a gente tem muito essa liberdade de mostrar que a gente ao mesmo tempo que ensina, a gente também aprende.”</i></p>
---------	--

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Nota-se nessa fala o aprendizado ao tempo que se ensina, professores no papel de alunos, alunos no papel de professores, denominado por Costa e Caldas (2023) como **aprendizado mútuo**. Também se identifica que o aluno tem o **reconhecimento** de sua expertise ao ter professores aprendendo com ele, além da **hierarquia minimizada** e os **laços entre professores e alunos são fortificados**. Estima-se um benefício a nível grupal, seja para os integrantes do clube de coreano, seja para escola. Ainda na ECIT, observou-se que os **alunos são incluídos em todas as atividades**, existem as monitorias em que os alunos têm **liberdade** para sugerir atividades em sala de aula, os eventos são organizados em conjunto, e uma prática que foi iniciativa destes, foi o auxílio na distribuição do almoço, conforme a fala de uma servidora da escola:

Quadro 7 – Coleta dedados – Entrevistas

M	<p><i>“Todos os dias na hora dos almoços ficam dois alunos escalados para ajudar a servir, de forma voluntária. Eu fico só controlando a proteína.”</i></p>
---	---

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Percebe-se um trabalho em equipe dos servidores e alunos, reconhece-se que estes podem contribuir e os alunos são incluídos nos processos. Na oportunidade de uma das observações *in loco* acontecia a premiação dos jogos internos e notava-se o engajamento do alunado em toda a organização.

Na ECI a fase co-entrega também foi encontrada, confira:

Quadro 8 – Coleta dedados – Entrevistas

CP2	<p><i>“A gente está com problema com insetos aqui, mosquitos. Ai a gente contatou aos pais que a gente já tinha mandado officio, a gente não tinha conseguido, aí uma mãe de uma aluna se manifestou: “Meu marido trabalha com dedetização”. E ele dedetizou para a gente. Ai, como não conseguimos o apoio, a gente vai sempre conversando aos pais”.</i></p>
-----	--

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Além da gestão, a aluna em questão participou do grupo focal e confirmou a dedetização de forma voluntária. Observa-se que essa **relação mais próxima pais-escolas** traz benefícios no nível de grupo para ambos os atores envolvidos. O trabalho em equipe permite que os pais

e alunos percebam as necessidades da escola e atuem pontualmente nas demandas que são necessárias.

Para além de atividades no ambiente escolar, a co-entrega também foi encontrada por meio de parcerias, confira o Quadro 9 com as falas:

Quadro 9: Coleta dados – Entrevistas

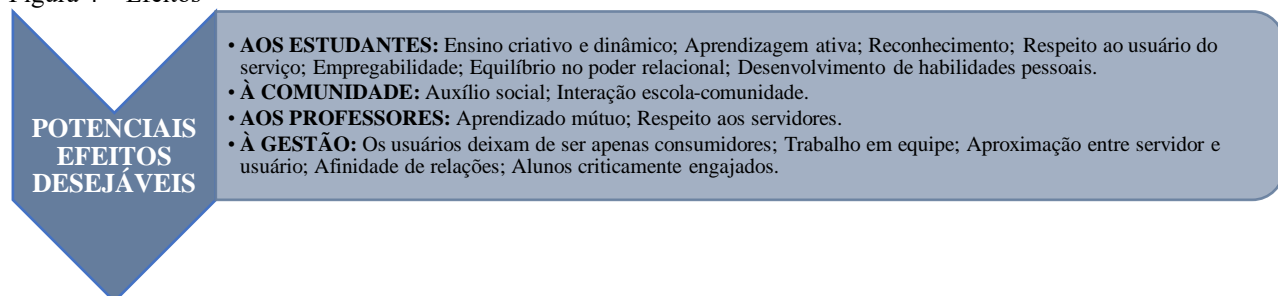
G1	“A gente tem algumas ações, é, o Capacita pelo bem (...) e até quando os alunos terminam o ensino médio, e por ser escola técnica, a gente oferta o curso técnico de vendas de informática, a gente já direciona para lá, para trabalhar na AeC mas é claro, que às vezes não depende só da gente, depende deles também, né?”
CP2	“Temos parcerias, claro, a Federal, a UFPB, tem com a UNIPÊ. (...) Tem uns que vêm dar palestra, outros levam a gente lá para o campo deles, para a feira de ciências, feira das profissões.”
GFP2	“Fiz, com minha filha numa gincana de educação física, doamos roupas, calçados etc., para serem doados a uma instituição”
GFA1	“(…) Arrecadação de alimentos que contavam com pontuação para gincana. (...) Foi mais de uma tonelada de alimentos que conseguiram arrecadar. Uma parte foi doada para os venezuelanos e para assistir alguns alunos, família da própria comunidade da escola. (...) A gente fez a doação de alimentos para os venezuelanos (...) A gente está planejando, faz um tempinho, é fazer essa ação social para entregar brinquedos, roupas e sapatos para essas crianças venezuelanas.”

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Com o Quadro 12, é possível visualizar ações de **parceria escola-comunidade** na qual os atores externos aos muros da escola são beneficiados e beneficiam os alunos. A ação da empresa de oportunizar um estágio para os alunos do terceiro ano proporciona **benefícios individuais para cada aluno estagiário, como para o grupo escolar**, ofertando a possibilidade de que mais alunos consigam essa oportunidade. Já as demais ações, em que as atividades escolares levam auxílio para grupos sociais desperta no alunado a **visão de sociedade para além da grade curricular**, e a **comunidade recebe os benefícios** sente-se pertencente ao meio social. Desse modo pode-se mapear alguns efeitos estipulados por Costa e Caldas (2023), como: **empregabilidade, desenvolvimento de habilidades pessoais, auxílio social, interação escola-comunidade, afinidade de relações e alunos criticamente engajados**. Em sintonia Marschall (2004), aponta que o relacionamento entre, pais, professores, gestão, alunos, grupos sociais, proporciona ambientes pacíficos onde os pares se reconhecem e formam laços sociais, favorecendo uma arena para debates políticos e desenvolvimento comunitário.

Na Figura 4 tem-se os potenciais efeitos desejáveis encontrados nessa fase, nota-se que os professores não foram atendidos por essa fase, podendo ser reflexo, de que esta fase corresponde aos beneficiários do serviço produzindo junto, visto que os professores são os próprios profissionais, não se existe razões para nesta fase ter-se a presença destes como beneficiários da coprodução.

Figura 4 – Efeitos



Fonte: Elaboração própria (2023)

Na fase de co-entrega ao tempo que se enxergou ela acontecendo em nível individual e grupal entende-se que os alunos e cada escola são beneficiados ao co-entregarem, de modo que

se faz oportuno atividades que estimulem a co-entrega entre as escolas, não somente dentro delas. No que tangibiliza os efeitos, três de quatro categorias foram contempladas, contando com estudantes, sociedade civil e gestão escolar logrando de efeitos desejáveis.

4.4 Fase do Ciclo do Serviço: Co-avaliação

Iniciando pela concepção do serviço, seguindo com o planejamento, executando-o, chega-se o momento de avaliar a atividade. Souza (2023) discute que o ato de monitorar e avaliar as atividades escolares seja durante o ano letivo, seja em reuniões pontuais, tem se tornado uma atividade cada vez mais explorada no serviço público educacional. Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017), chamam atenção para o caráter retrospectivo da co-avaliação, nesse momento considera-se como os atores envolvidos avaliam os serviços, e se mesmo tem espaço para serem ouvidos.

Nas escolas analisadas existem os grupos de líderes, os quais são estipulados pelas próprias Diretrizes Operacionais, estes têm a oportunidade de levarem suas demandas para gestão, assim como levarem suas sugestões sobre as atividades a serem desenvolvidas, em desenvolvidas e que já foram finalizadas. Veja o Quadro 10:

Quadro 10 – Coleta dedados – Pesquisa documental e Entrevistas

CP2	<i>“Existe uma reunião semanal de gestão com líderes de turma, aí nessa reunião eles podem levar algumas demandas, entre elas eventos, mas com os professores eles vão sugerindo de acordo com os conteúdos, de acordo com os temas que vão sendo apresentados em aula e quando tem alguma ideia eles vão sugerindo, né? Mas há uma reunião semanal com a gestão.”</i>
Paraíba, 2023, p.35	<i>A primeira dimensão da vida pública para um jovem é a escola. Diante disso é muito importante desenvolver processos no âmbito escolar que incentivem os estudantes a não somente conhecer o conceito, mas também, exercer a democracia. (...) O líder de turma é o elo entre a sua turma e a unidade de ensino, responsável pelo diálogo ético e eficaz com a sua turma, mediando situações e ajudando a unidade de ensino a construir soluções, coletando informações e sugestões, promovendo a integração do grupo, a fim de viabilizar a participação de todos nos assuntos e nas atividades da turma no campo Escolar.</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

O cumprimento dessa proposta traz benefícios para os estudantes em **nível grupal** ao serem reconhecidos através das responsabilidades que lhe são conferidas e **individual** ao obterem **habilidades sociais** no desenvolvimento da função. A existência tanto dos grupos de líderes quanto dos grêmios foi confirmada nas entrevistas realizadas, visto que estas foram realizadas com esses próprios atores, os quais demonstraram que a gestão escolar está disponível para suas demandas e quando exequíveis são atendidos. Os pais também relataram serem atendidos pela gestão da escola quando têm alguma sugestão ou dúvida, ou qualquer outra demanda.

Nesse contexto a gestão estadual também se mostrou aberta para ouvir a comunidade escolar, veja a fala que segue:

Quadro 11 – Coleta dedados – Entrevistas

CP1	<i>“Inclusive ontem, a escola foi convidada para dar as nossas opiniões sobre as reformulações das novas diretrizes, que na verdade é algo inovador [...] Foi um dia inteiro de troca de conhecimento mesmo, de professores, alunos. Foram convidados: um aluno, um coordenador pedagógico e um diretor de cada escola nesse primeiro momento e um professor da base técnica. Foi muito importante. (...) uma troca de saberes muito relevante. (...) Porque através do olhar do estudante a gente consegue construir uma política mais acertada de educação.”</i>
-----	--

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Essa atividade traz **benefícios para o coletivo**, visto que as diretrizes são do estado, assim como conferem reconhecimento para a escola respondente, através da **confiança** em que lhes foi concedida de opinar sobre um documento fundamental para o desenvolvimento escolar,

ao tempo que desperta **engajamento nos alunos e estes deixam de apenas consumir o serviço**, mas contribuir com este, por meio de uma **gestão democrática**.

Souza (2023) acredita que a fase de co-avaliação é importante para todos os atores, visto que esses momentos oportunizam uma visão 360 das atividades, oportunizando um espaço para os alunos desenvolverem seu papel de cidadãos.

O envolvimento dos múltiplos atores, principalmente dos familiares é importante para que o ensino aconteça da melhor forma, Almeida (2014) destaca que essa relação escola-família é importante para o desenvolvimento do jovem enquanto cidadão visto que é no ambiente escolar onde este tem o primeiro contato com a vida em sociedade, desse modo essa é uma parceria que necessita de manutenção periódicas.

Nesse quesito as escolas demandam uma maior participação dos pais, tanto a ECIT quanto a ECI relatam que a participação de pais e responsáveis é muito pequeno comparado a quantidade de alunos matriculados, veja as falas:

Quadro 12 – Coleta de dados – Entrevistas

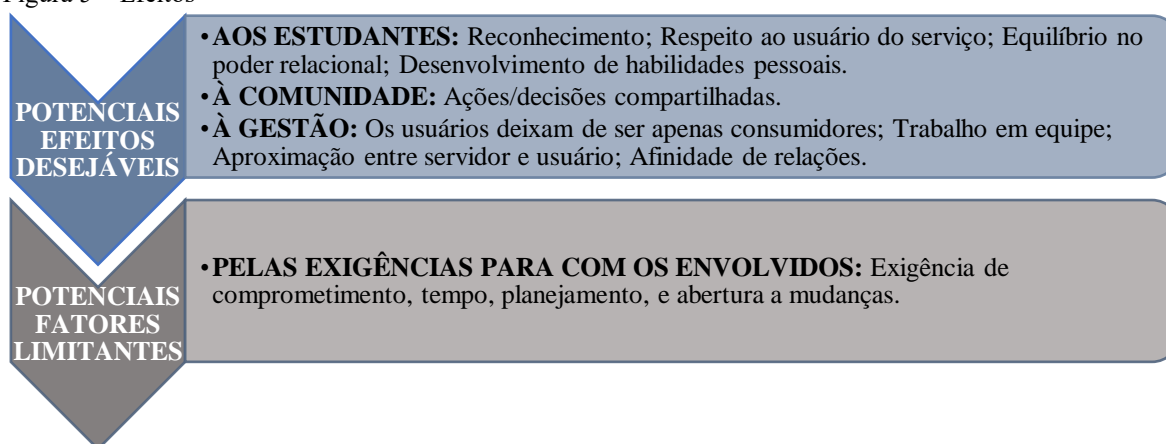
CFPR1.3	<i>“Fizemos reunião com pais e responsáveis das turmas de terceiro ano essa semana vieram 8 pais de 40 e poucos alunos.”</i>
CP2	<i>“As vezes eu acho que é até falta de interesse. Porque poderia ligar ou perguntar se poderia vir em algum outro momento, para saber do aluno, mas não vem. Eles não procuram saber depois.”</i>
CFP1	<i>“O que complica mais nas nossas participações é o nosso trabalho, pois temos que trabalhar e as vezes não tem como ir as reuniões.”</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Esta é uma **limitação** da coprodução pois existe uma demanda de **interesse dos atores** para que aconteça, assim como impede o seu desenvolvimento, bloqueia também o seu início. A entrevista com os pais demonstrou que existe interesse, no entanto estes trabalham e conciliar as demandas ainda não foi possível, como explanado no Quadro 12, refletindo assim a dificuldade em conciliar o tempo com o trabalho e as demandas escolares.

Na Figura 5, tem-se os efeitos encontrados, percebe-se que é a fase de avaliação somente encontram-se fatores limitantes para que a coprodução aconteça, podendo-se inferir que já que a fase reflete as opiniões dos usuários seria pertinente que nesta fosse encontrado aquilo que limita a atividade coprodutiva.

Figura 5 – Efeitos



Fonte: Elaboração própria (2023)

Para melhor compreensão dos resultados encontrados, o tópico que segue traz a junção da Matriz de Nabatchi, Sancino e Sicilia (20217) e do Quadro de Costa e Caldas (2023).

4.5 A Matriz 3x4 e o Quadro dos Efeitos da Coprodução na Educação

O Quadro 13 apresenta a ocorrência ou não das fases e níveis do ciclo do serviço, ao tempo que indica qual efeito foi gerado ou o que limitou a coprodução no serviço público educacional. Atribuiu-se a cor verde para as ocasiões em que foi encontrado a fase e nível tanto na ECIT quanto na ECI, amarelo para os casos em que se manifestou em apenas uma das escolas e vermelho para quando não foi encontrado fase/nível em nenhuma das duas escolas. Quanto aos efeitos, seguiu-se o gradiente de tonalidade azul e cinza, cores originárias do Quadro Teórico de Costa e Caldas (2023), onde aqueles quadros em branco, não se mapeou nenhum efeito, e à medida que a tonalidade aumenta significa que o efeito foi encontrado com maiores frequências nas referidas fases.

Quadro 13: Fases, Níveis e Efeitos da Coprodução na Educação

		FASES			
		CO-COMISSIONAMENTO	CO-DESIGN	CO-ENTREGA	CO-AVALIAÇÃO
NÍVEIS	INDIVIDUAL	AUSENTE	PRESENTE	PRESENTE	PRESENTE
	GRUPAL	AUSENTE	PRESENTE	PRESENTE	PRESENTE
	COLETIVO	PRESENTE	PRESENTE	PRESENTE	PARCIALMENTE AUSENTE
EFEITOS	POTENCIAIS EFEITOS DESEJÁVEIS	E	E (1)	E (7)	E (4)
		C (1)	C (2)	C (2)	C (1)
		P	P	P (2)	P
		G	G (1)	G (5)	G (4)
	POTENCIAIS FATORES LIMITANTES	CP	CP	CP	CP
		ECE	ECE	ECE	ECE
		NC	NC	NC	NC

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

*Legenda: E: Estudantes; C: Comunidade; P: Professores; G: Gestão; CP: Clareza do Processo; ECE: Exigências para com os envolvidos; NC: Necessidades de Capacitação

Visualizando o Quadro 13 percebe-se que o nível individual é aquele com menos ocorrência, o que aponta para uma coprodução na educação voltado para os atores em forma de grupo ou coletivo. O nível grupal na fase co-entrega foi o que obteve maior número de atividades mapeadas, e por consequência o maior número de potenciais efeitos positivos.

A fase de co-avaliação e co-comissionamento apresentaram-se no nível coletivo, em detrimento das outras, o que configura uma característica da coprodução, visto que essas duas fases envolvem para além do contexto de uma única escola ou grupo.

A fase de *co-design* chama atenção, pois apesar de ser encontrada nas duas escolas, optou-se por colorir de amarelo visto que apresentou limitações, diante das falas dos alunos de uma das escolas, que apesar de terem abertura para com a gestão enquanto líderes, não percebem que suas demandas são solicitadas, representando assim um aspecto controverso para atividade de coproduzir.

Faz-se pertinente lembrar que a coprodução proporciona o provimento de bens e serviços públicos, contando com a participação de usuários, comunidade civil e servidores públicos (Rocha, Schommer, Debetir & Pinheiro, 2021). Desse modo, traz-se como sugestão para Escola Cidadã Integral Técnica o fornecimento de cursos de informática (visto que é ofertado na ECIT) ministrados pelos alunos e professores para comunidade, de forma que ao tempo que os alunos aprendem, aplicam o que foi aprendido, e contemplam a vizinhança, praticando assim a coprodução, trazendo benefícios para os alunos com um ensino criativo e dinâmico, oportunizando a prática da docência, gerando efeito positivos para a comunidade que

recebe um curso gratuito e para gestão que atinge as diretrizes que primam pelo protagonismo dos alunos. Já para ECI, sugere-se atividades avaliativas onde os alunos possam pontuar suas demandas e mapear aquelas que ainda não foram atendidas, esclarecendo-se os motivos que impedem o solucionamento.

5 CONCLUSÕES

Com o objetivo de **explorar efeitos, fases e níveis da coprodução no serviço público educacional**, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, entrevistando atores de duas escolas estaduais. Entende-se que coprodução é sinônimo de coletivo participativo, e que esta pode acontecer em níveis diferentes, com atores diferentes, em múltiplas fases, resultando em efeitos diversos.

Desse modo, o presente estudo encontrou a fase de co-entrega como a mais contemplada nas duas escolas, através de atividades que envolviam os atores internos, e a comunidade vizinha as escolas, gerou efeitos que proporcionou efeitos positivos para os alunos, professores, comunidade e gestão, ao tempo que manifestou fatores limitantes, o que não descaracteriza a atividade coprodutiva, mas reflete as dificuldades para que ela aconteça. Considera que essa fase foi a que a melhor refletiu a coprodução no serviço público educacional, explorando, efeitos, fases e níveis.

As demais fases da coprodução também foram detectadas nas análises, cuja a de *co-design* demonstrou que não basta conferir aos alunos o espaço para eles debaterem, mas eles precisam ser ouvidos e reconhecidos. As fases de co-comissionamento e co-avaliação apresentam-se de forma modesta nos resultados, demandando atenção para as práticas escolares, seja para introduzir de forma individual, grupal ou coletiva os usuários dos serviços nas estratégias e nas avaliações.

Como limitação para o estudo encontrou-se a quantidade de escolas analisadas, acredita-se que um número maior de escolas traria para o estudo uma visão mais ampla do fenômeno. Deste modo deixa-se como sugestão para estudos futuros, a aplicação do quadro gerado em outras escolas com outros contextos.

Acredita-se que a apresentação da Matriz 3x4 de Nabatchi, Sancino e Sicilia (2017) com o Quadro dos Efeitos da Coprodução na Educação de Costa e Caldas (2023), é o grande resultado deste trabalho, o quadro que se originou traz insumos para pesquisas futuras, trilhas para pesquisas sobre a coprodução no serviço público educacional, ao tempo que oferta um mapeamento de quem envolver e como envolver no serviço público, quais os efeitos gerados, quem se beneficia e quando existe ou pode existir uma limitação.

Ademais, faz-se importante destacar que os estudos sobre coprodução no serviço público precisam de maiores incentivos e a prática dessa atividade precisa ser replicada.

Externa-se agradecimento a FAPESQ/PB, a qual foi órgão de fomento do presente estudo através do edital nº 010/2021 - FAPESQPB - MCTIC/CNP, no âmbito do Programa de 14 Infraestrutura Para Jovens Pesquisadores/ Programa Primeiros Projetos - PPP, conforme o termo de Outorga Nº 3219/2021.

REFERÊNCIAS

- Agrawal, S., Kalocsai, C., Capponi, P., Kidd, S., Ringsted, C., Wiljer, D., & Soklaridis S. (2021). "It was great to break down the walls between patient and provider": liminality in a co-produced advisory course for psychiatry residents. *Advances in Health Sciences Education*, 26, 385-403. Recuperado de <https://link.springer.com/article/10.1007/s10459-020-09991-w>. doi: <https://doi.org/10.1007/s10459-020-09991-w>
- Almeida, E. B. (2014). *A relação entre pais e escola: A influência da família no desempenho escolar do aluno* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Estadual de Campinas – FE-UNICAMP, Campinas, SP, Brasil.

- Antonini, E., Gaspari, J., & Visconti, C. (2021). Collaborative learning experiences in a changing environment: Innovative Educational Approaches in Architecture. *Sustainability*, 13(16). Recuperado de <https://www.mdpi.com/2071-1050/13/16/8895>. doi: 10.3390/su13168895
- Bardin, Laurence. (2010). *Análise de conteúdo* (4a ed). Lisboa: Edições70.
- Bovaird, T. (2007). Beyond engagement and participation: user a community coproduction f public services. *Public Admnistration Review*, 846-860.
- Bovaird, T., & Loeffler, E. (2013). We're all in this together: harnessing user and community co-production of public outcomes. In T. Bovaird, & E. Loeffler. *Institute of Local Government Studies* (Chapter 4). University of Birmingham
- Bovaird, T., Van Ryzin, G. G., Loeffler, E., & Parrado, S. (2014). Activating Citizens to Participate in Collective Co-production of public services. *Journal of Social Policy*, 44 (1), 1-23. Recuperado de <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-social-policy/article/activating-citizens-to-participate-in-collective-coproduction-of-public-services/AC4F410236EC6889C781964F23D1C399>. doi: 10.1017/S0047279414000567
- Costa, M. K. M., & Caldas, P. T. (2023, novembro). Educação coproduzida, proposta de um quadro teórico dos seus efeitos. *Anais do Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente da FEA/USP – ENGEMA*, São Paulo, SP, Brasil, 25. Recuperado de https://engemausp.submissao.com.br/25/anais/resumo.php?cod_trabalho=256
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (3a ed). Porto Alegre: Artmed.
- Elliot, I., C., Robson, I., & Dudau, A. (2021). Building student engagement trough co-production and curriculum co-desinng in public administration programmes. *Teaching Public Administration*, 39 (3), 318-336. Recuperado de <https://journals-sagepub-com.ez292.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1177/0144739420968862>. doi: 10.1177/0144739420968862
- Governo da Paraíba. (2023). *Diretrizes Operacionais das Escolas da Rede Estadual de Educação da Paraíba*. Paraíba: Secretaria de Estado da Educação.
- Guimarães, G. P., Santos, L. B. B., Caldas, P. T. (2023, novembro). UM POR TODOS, TODOS POR UM: análise da coprodução em serviços educacionais na Paraíba. *XXVI Seminário em Adminsitração*, São Paulo, São Paulo, Brasil, 26.
- Guimarães, G. P. (2023). *Juntos somos melhores! Análise da coprodução nos serviços públicos educacionais em escolas de Campina Grande-PB* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Campina Grande, PB, Brasil.
- Gouveia Junior, A., Bezerra, J. C. V., & Cavalcante, C. E. (2023). TIPOLOGIAS DE COPRODUÇÃO DO BEM PÚBLICO: estado da arte e agenda de pesquisa. *Gestão & Regionalidade*, 39. Recuperado de https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/7667. DOI: <https://doi.org/10.13037/gr.vol39.e20237667>
- Hiedemann, A. M., Nasi, G., & Saporito, R. (2016). A public service-dominat logic for the executive education of public managers. *Teaching Public Administration*, 35 (1), 66-87. Recuperado de A public service-dominant logic for the executive education of public managers - Alexander M Hiedemann, Greta Nasi, Raffaella Saporito, 2017 (sagepub.com). doi: <https://doi.org/10.1177/0144739416665881>
- Honingh, M., Bondarouk, E., & Brandsen, T. (2020). Co-production in primary schools: a systematic literature review. *International Review of Administrative Sciences*, 86 (2), 222-239. Recuperado de <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0020852318769143>. doi: 10.1177/0020852318769143

- Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996.* Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm
- Marschall, M. J. (2004). Citizen Participation and the Neighborhood Context: A New Look at the Coproduction of Local Public Goods. *Sage Journals*, 57 (2), 231-244. DOI: <https://doi.org/10.1177/106591290405700205> Recuperado de <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/106591290405700205>
- Ministério da Educação. (2018). *Conselho Nacional de Educação – CNE*. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/apresentacao>
- Nabatchi, T., Sancino, A., & Sicilia, M. (2017). Varieties of participation in public services: The who, when, and what of coproduction. *Public Administration Review*, 77 (5), 766-776. Recuperado de <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/puar.12765>. doi: 10.1111/puar.12765
- Neto, L. M., Salm, V. M., & Souza, V. B. (2014). A Coprodução dos Serviços Públicos: modelos de gestão. *Revista de Ciências da Administração*, 16(39), 164-178. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2014v16n39p164>. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2014v16n39p164>
- Osborne, S. P. & Strokosch, K. (2013). It takes Two to Tango? Understanding the Co-production of Public Service by Integrating the Services Management and Public Administration Perspectives. *British Journal of Management*, 24 (1). DOI:<https://doi.org/10.1111/1467-8551.12010>. Recuperado de <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-8551.12010>
- Pestoff, V. (2012). Co-production and Third Sector Social Services in Europe: Some Concepts and Evidence. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 23, 1102-1118. Recuperado de <https://link.springer.com/article/10.1007/s11266-012-9308-7>. doi: 10.1007/s11266-012-9308-7
- Ramírez, R., Rowland, N., Spaniol, M., & White, A. (2021). Avoiding the valley of death in educating strategists. *Long Range Planning*, 54 (3). Recuperado de <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0024630120301990?via%3DIihub>. doi: 10.1016/j.lrp.2020.102000
- Rocha, A. C., Sschommer, P. C., Debetir, E., & Pinheiro, D. M. (2021). Elementos estruturantes para a realização da coprodução do bem público: uma visão integrativa. *Cadernos EBAPE.BR*, 19(3), 538-551. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395120200110>
- Rubalcaba, L. (2022). Understanding innovation in education: A service co-production perspective. *Economies*, 10 (5). Recuperado de <https://www.mdpi.com/2227-7099/10/5/96>. doi:10.3390/economies10050096
- Soares, G. F., & Farias, J. S. (2018). Vem educar com a gente: o incentivo de governo e escolas à coprodução da educação por familiares de alunos. *Ensaio*, 26 (101), 1347-1371. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/HcNt6Hj9RZDfhnNrM4qg5zN/?lang=pt>. doi: 10.1590/S0104-403620180026001299
- Soklaridis, S., de Bie, A., Cooper, R. B., McCullough, K., McGovern, B., Beder, M., ... Agrawal, S. (2020). Co-producing psychiatric education with service user educators: a Collective autobiographical case study of the meaning, ethics, and importance of payment. *Academic Psychiatry*, 44 (2), 159-167. Recuperado de <https://link.springer.com.ez292.periodicos.capes.gov.br/article/10.1007/s40596-019-01160-5>. doi: 10.1007/s40596-019-01160-5
- Souza, D. L. V. (2023). *A coprodução como dever de todos: um estudo nos serviços públicos educacionais* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Campina Grande, PB, Brasil.